

UMA BREVE ANÁLISE DO PROJETO GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

Ileana Wenez¹

ilewenez@gmail.com

Priscila Gomes Dornelles²

prisciladornelles@gmail.com

¹Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

²Universidade do Recôncavo da Bahia (UFRB)

RESUMO

A partir dos Estudos Feministas pós-estruturalista, problematizamos como o gênero e diversidade são acionadas na agenda de uma política de formação de professores/as da educação básica intitulada Projeto Gênero e Diversidade na Escola (GDE). Analisamos quatro documentos norteadores do GDE entre os anos 2007 e 2011. Argumentamos sobre as ininteligibilidades de uma educação em gênero e em diversidade proposta pela política organizada com base no trato com o sexo e o binarismo de gênero.

PALAVRAS-CHAVE

Política pública; Gênero; Diversidade; Escola

INTRODUÇÃO

Este texto é oriundo de uma pesquisa maior intitulada *Políticas públicas de inclusão social e transversalidade de gênero: ênfases, tensões e desafios atuais*¹, a qual se posiciona no arcabouço das problematizações acerca das relações entre gênero e políticas públicas de inclusão social. Esta pesquisa maior analisa algumas das políticas acionadas pelo estado brasileiro problematizando-as a partir do tratamento da transversalidade de gênero e, para isso, é constituída por um coletivo de pesquisadoras de universidades de diferentes regiões brasileiras. A equipe coordenada pela profa. Dra. Dagmar E. Meyer da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) agrega pesquisadoras de cinco instituições universitárias brasileiras localizadas em diferentes regiões do país, tais como, na região Sul, a UFRGS e a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI); na região sudeste, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); e na região nordeste, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). A equipe de pesquisadoras é composta por pós-doutorandas, doutoras e mestrandas de dois programas de pós-graduação.

¹ Financiamento via Edital Universal/CNPq para o período de 2014 a 2018.



Este texto apresenta a análise da política educacional Gênero e Diversidade na Escola (GDE), produzida, pela agora extinta, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Esta política foi escolhida porque está direcionada para operar com gênero no âmbito do estado brasileiro, priorizando o enfrentamento das desigualdades sociais de gênero e de sexualidade através da formação continuada de professores/as para atuação na educação básica.

SOBRE O PROJETO GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

Como política educacional, o GDE constituiu-se voltado para a formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais e desdobrou-se de uma parceria entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/PR), a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), a Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC), o British Council (financiador) e o Centro LatinoAmericano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ).

O GDE apresentou como meta o desenvolvimento de políticas de formação para profissionais da educação com ênfase os direitos humanos, para a equidade de gênero e étnico-racial e para o respeito à diversidade de orientação sexual direcionada a formação de professores/as da educação básica da rede pública para compreensão e posterior posicionamento pedagógico diante das diferentes transformações de nossa sociedade perante a diversidade sociocultural brasileira. Reconhecendo os grupos discriminados e incorporação de saberes de negros e negras, índios e índias, mulheres e homossexuais como cidadãos de direito.

Neste contexto, priorizamos a análise de cinco documentos do GDE, os quais foram definidos a partir de critérios como: a) documentos iniciais norteadores da política; b) documentos que apresentassem um quadro de registro e avaliação da experiência do projeto. Estes critérios, a nosso ver, permitiram a seleção de documentos que, em certa medida, evidenciam o processo de implementação da política e, também, alguns dos primeiros movimentos de avaliação da mesma construída pelos atores/sujeitos da proposta.

SOBRE A TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NA POLITICA DO GDE

A transversalidade de gênero nas políticas estatais se constitui como uma meta e, ao mesmo tempo, uma estratégia dos estados na promoção e garantia dos direitos humanos e da equidade para os grupos minoritários em face do modelo econômico neoliberal e dos seus princípios de maximização da produção econômica em detrimento de um estado mínimo.

A (suposta) incorporação desta estratégia como política de estado é construída pela atuação dos movimentos feministas e de mulheres, buscando evidenciar que as políticas voltadas para as mulheres que se constituem com base na intersetorialidade e/ou se caracterizam pelo assistencialismo podem repercutir em manutenção das posições de poder e das vulnerabilidades de gênero, bem como no distanciamento das políticas das noções de empoderamento e autonomia, pressupostos considerados importantes para uma agenda de gênero pelos referidos movimentos. Algumas destas tramas são indicadas na IV Conferência Mundial da Mulher que ocorreu em Beijing (1995). Esta conferência oficializa a transversalidade de gênero como pauta importante no âmbito da operacionalização das políticas públicas para a garantia da igualdade de oportunidades e do desenvolvimento humano neste contexto neoliberal.

A partir deste evento e desta agenda assumida pelos estados, há uma orientação para uma torção das táticas no plano das políticas voltadas para a garantia da igualdade de oportunidades para as mulheres. Esquiva-se, sem desmerecer as potencialidades, de uma agenda de políticas específicas para as mulheres, visto que “têm centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social” (BANDEIRA, 2005, p.8).

A ideia da transversalização de gênero nas políticas se constitui de modo propositivo indicando a assunção da perspectiva de gênero pelos sujeitos que produzem e, de forma implicada, pela horizontalização desta perspectiva nas próprias políticas públicas constituídas pelos estados.



É dentro deste contexto e situando-o como política de gênero que analisamos do Projeto Gênero e Diversidade na Escola. Nos documentos analisados, especificamente no Caderno 4 intitulado *Gênero e Diversidade Sexual na escola: reconhecer as diferenças e superar preconceitos*, no qual há uma apresentação dos projetos que compõem as ações fundamentais da SECAD/MEC, a seção destinada ao GDE aciona e investe-se na demarcação das suas possibilidades de atuação transversal a partir: a) da assunção das categorias gênero, sexualidade, orientação sexual e raça como operadores transversais das políticas, especificamente, as educacionais – foco das ações do GDE; b) da intersectorialidade constituída em ações em educação e direitos humanos a partir das e considerando o entrelaçar das categorias citadas enfatizando as articulações com o PNPM, o PNDH, o PNE, o BSH, as redes de ensino, os movimentos sociais, entidades internacionais, instituições acadêmicas e diversos órgãos do setor público; c) “incorporação da perspectiva de gênero e diversidade sexual nas políticas de todas as secretarias do MEC” (BRASIL, 2007, p.36); d) na disposição transversal destas categorias em todos os níveis de ensino da educação básica.

Apesar destas indicações postas em um dos documentos norteadores da política analisada, nos engajamos no exame da transversalização de gênero no GDE para dialogar com Jussara Prá quando propõe que este movimento é fundamental para “dimensionar a sua natureza e significado e, também, ressaltar impasses e perspectivas a perpassar a adoção desse tipo de enfoque” (PRÁ, 2010, p.16) nas políticas públicas no Brasil. A partir dos documentos analisados tensionamos como o GDE aciona e operacionaliza a transversalidade de gênero, dialogando com alguns dos princípios e focos de atuação desta política.

Neste movimento analítico, consideramos que o enunciado *educar para a diversidade* se constitui como argumentador de uma operacionalização da transversalidade de gênero no GDE atuando como seu pressuposto e como articulador das políticas indicadas e associadas ao projeto, tais como o PNPM, o BSH, o PNDH e o PNE e também ao trabalho de diferentes secretarias/ministérios citadas/os, como a SPM, a SEPPIR e o MEC². O *educar para a diversidade* aparece aquilo que faz funcionar a cultura de direitos humanos, a promoção de igualdade de oportunidades, o enfrentamento de desigualdades (expressas em preconceitos, discriminação e violência) e para uma educação inclusiva não sexista, não homofóbica e não racista. Isto significa que falamos em *educar para a diversidade* como uma tática baseada nos princípios da igualdade de gênero, do reconhecimento da diversidade sexual e da valorização da diversidade racial/promoção da igualdade racial (apesar de termos uma menor proporção desta discussão nos documentos analisados) como modos de funcionamento da transversalidade de gênero como estratégia.

Este *educar para a diversidade* propõe articulações, postas por vezes como intersecções, entre as categorias gênero, sexualidade e raça conjecturando a política a partir de “uma perspectiva transversal, demonstrando como os diferentes preconceitos articulam-se e podem aprofundar as desigualdades sociais” (BRASIL, 2011, p.11). Nesse sentido, indica que a elaboração e a implementação da política, através dos seus cursos de formação para professores/as da rede pública de ensino, foram alicerçadas “na transversalidade temática e na intersectorialidade institucional” (IBIDEM, p.76).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que as possibilidades de promoção da inclusão social indicadas pelo GDE a partir dos princípios da igualdade de gênero e do reconhecimento da diversidade sexual são flexionadas e tensionadas a partir das noções de gênero e de sexualidade acionadas nos documentos. Sugerimos que a transversalidade de gênero operacionalizada pela política analisada constitui-se alicerçada em um plano epistemológico potente para os embates sociais a partir das táticas identitárias, contudo, operacionaliza-se de modo ainda restritivo às possibilidades dos corpos que escapam ao campo de inteligibilidade sexo-gênero. Consideramos, assim, a necessidade de investirmos na fissura e na compreensão das possibilidades do enunciado *educar para a diversidade* na política analisada.



² Para aprofundar as noções de transversalizar e intersectorializar ver (CUNILL-GRAU, 2014).



A BRIEF ANALYSIS OF THE GENDER AND DIVERSITY PROJECT AT SCHOOL

ABSTRACT

This paper is based on Feminist Studies post-structuralist it aims to discuss how categories such as gender and diversity are added in agenda of a basic education teacher training policy based on diversity education titled the School Project (GDE). We argue about the unintelligibility of a gender and diversity education proposed by organized politics based on the treatment of gender and gender binarism.

KEYWORDS: *Public policy; Gender; Diversity; School.*

UN BREVE ANALISIS SOBRE EL PROYECTO GÉNERO Y DIVERSIDAD EN LA ESCUELA

RESUMEN

A partir dos Estudos Feministas pós-estruturalista, problematizamos como o gênero y diversidad son accionadas en la agenda de una política de formación de profesores/as de la educación básica titulada Proyecto Género y Diversidad en la Escuela (GDE). Analizamos cuatro documentos norteadores del GDE entre los años 2007 y 2011. Argumentamos sobre las ininteligibilidades de una educación en género y en diversidad propuesta por la política organizada con base en el trato con el sexo y el binarismo de género.

PALABRAS-CLAVES: *Política Pública; Género; Diversidad; Escuela.*

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, L. *Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Avançar na Transversalidade na Perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas*. 2005.
- CUNILL-GRAU, N. La intersectorialidad en las nuevas políticas sociales Un acercamiento analítico-conceptual. *Revista Gestión y Política*. Vol. XXIII . N. 1. I Semestre de 2014. pag.5-46.
- Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*. Cadernos SECAD 4. H, R; BRANDT, ALMEIDA, M. E.; JUNQUEIRA, R. D.; CHAMUSCA, A. (organizadores). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília. Maio, 2007.
- Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais/ Org. Maria Elisabete Pereira, Fabíola Rohden ... [et al]. – Brasília/Rio de Janeiro: SPM/CEPESC, 2007.*
- Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.
- Gênero e Diversidade na Escola: Trajetórias e Repercussões de uma política pública inovadora*. CARRARA, S., BARRETO, A., ARAUJO, S; DACHAC, M. E. PEREIRA, V. Leite. Rio de Janeiro: CEPESC, 2011.
- PRÁ, Jussara Reis. Políticas para Mulheres. Transversalizar é preciso. In: ALVES, I.; SCHEFLER, M. de L.; VAZQUEZ, P. S.; AQUINO, S. de (Orgs.). *Travessias de gênero na perspectiva feminista*. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010. p. 13-35.

